

# Assembleia Municipal de Mêda

Quadriénio 2013/2017

## Ata nº 03 da Sessão de 24 de fevereiro de 2014

Ata da Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e catorze

Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, e em cumprimento do disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de Setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Luís Manuel Simão Almeida, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia e pelo Excelentíssimo Senhor António Óscar Dias Amaral Sampaio, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários.

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:

António José Borges Prata, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Filipe Manuel Avelino Rebelo, João António Pêgo Zeferino, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Celina Marisa Sôto Cardoso, Fernando Manuel Sérgio Jesus, Hermínio José Costa Albino, Luís Manuel Ramos Saraiva, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, João Maria Diogo Sequeira, Olímpio Filipe Martins Pedro, Armando António Amado Pereira Caramelo, Vítor Salvador Soares Lemos, Luís Miguel Pires Marinho, Jorge Miguel Graça Lourenço, Carlos Manuel Marques Videira, Vítor Manuel Almeida Gomes, Mauro dos Santos Amado Frade, Joaquim António Rebelo Santos.

Foi justificada a falta da seguinte Deputada Municipal:

Ana Maria Pereira Abrunhosa

Foi justificada a falta e admitida a substituição dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia:

Artur Paulo Ricardo Primo (CDS/PP), Presidente da junta de freguesia **União de Freguesias de Valflor, Carvalhal e Paipenela**, por António Inácio Amado Flor.

A Câmara esteve representada pelo Sr. Presidente Anselmo Antunes de Sousa e pelo Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves.

Estiveram ainda presentes os Srs. Vereadores: António César Valente Figueiredo e Paulo Jorge de Lemos Amaral.

### **ABERTURA**

Às nove horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a Sessão.

O **Senhor Presidente** informou que foi retificada a última página da ata que foi enviada para os senhores deputados, porque não só havia ali um *copy paste*, como também se referia a aplicação do método D'Hondt.

Lembrou que o que se passou foi o seguinte e passou a explicar:

Houve a votação, tendo sido vencedora a lista **B** e consequentemente referidos os nomes indicados nessa lista. Por lapso não foi referido que neste caso em concreto seria de aplicar o método D'Hondt.

Posteriormente o grupo municipal do CDS/PP apresentou sobre este assunto um requerimento alertando para a aplicação do método D'Hondt. Verificando-se que o requerimento apresentado estava de acordo com a Lei, foi considerado o requerimento apresentado.-----

O método D'Hondt levou à alteração do nome de uma pessoa ou duas que foram apresentados, e foram precisamente esses nomes que em função do mesmo foram comunicados à Comunidade Intermunicipal.-----

Sublinhou que aquela situação foi já retificada na própria ata e informou que, como esse requerimento foi posterior à reunião, evidentemente que vai ser lido agora, e também a resposta dada ao requerimento apresentado.-----

(O requerimento apresentado pelo grupo municipal do CDS/PP e a resposta dada pelo Senhor Presidente da Assembleia, juntam-se à presente ata como anexo 1 e 2 e dela fazem parte integrante) -----

#### **ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

A ata da sessão realizada em vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, depois de transcrita foi lida em voz alta-----

Intervieram os seguintes deputados municipais-----

**O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)** no uso da palavra partilhou com aquela Assembleia que há uma coisa que se chama atenção seletiva e explicou que é a capacidade que o nosso cérebro tem de memorizar. -----

E de facto, estar a memorizar o que se já passou há dois meses e dizer na íntegra aquilo que dissemos é sempre difícil, porque muitas vezes temos intenção de dizer uma coisa mas não a dizemos e por isso é sempre discutível se a frase foi assim, ou se deveria ter mais uma vírgula ou menos uma vírgula, mas há um aspeto aí na parte final, em que quando foi da eleição para os representantes na CIM, no seu entendimento quem apresentou primeiro foi o CDS, por isso é que ficou como Lista A, e só depois é que ele falou e portanto se designou Lista B.-----

Disse que isto pode ter dado aso a algum engano e algum equívoco, recordou que quem apresentou primeiro esse ponto foi o CDS e não o PS, e portanto a Lista A foi, ao contrário dos outros pontos, do CDS e não do PS.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio José Albino (CDS/PP)** no uso da palavra em relação à ata reforçou a necessidade de haver mais cuidado com a sua elaboração e redação.-----

Disse que a ata é uma súmula daquilo que se aqui passa, não terá que forçosamente transcrever *ipsis verbis* tudo o que se aqui diz, ou tudo o que se aqui faz, mas ela terá que ser o mais próximo possível dessa realidade.-----

O grupo municipal do CDS/PP entende que a ata omite muita informação.-----

Alertou o Senhor Presidente da Mesa e os Senhores Secretários, para esse cuidado. ----

A terminar quis saber se as gravações traduzem fielmente o que é dito, considerando que há alguma distância.-----

**Aprovação da ata da sessão anterior**-----

Nos termos do número dois do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** submeteu a aprovação a ata da sessão da Assembleia Municipal de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze.-----

A Assembleia Municipal, após votação **deliberou por unanimidade** aprovar a ata, que vai ser assinada pelo Presidente, Primeiro e Segundo secretários da mesa. -----

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----

**O Primeiro Secretário**-----

Procedeu à leitura dos seguintes ofícios dirigidos ao Presidente da Assembleia Municipal:-----

O primeiro foi remetido pelo Grupo Municipal do CDS/PP, datado de 06 de janeiro de 2014, expondo que foi violado o disposto no nº3 do artº 83º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro. Ao qual foi enviada resposta através de ofício 1.3-63A/SEG de 09 de janeiro de 2014.-----

O segundo foi remetido pela Câmara Municipal de Elvas: Moção em defesa dos doentes oncológicos.-----

O terceiro, recebido via e-mail, foi enviado pela deputada Ana Maria Pereira Abrunhosa, justificando a sua falta à sessão de hoje, vinte e quatro de fevereiro de dois mil e catorze. -----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Não houve qualquer inscrição a registar. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O **Senhor Presidente** informou que iriam passar às intervenções dos Senhores Deputados. -----

O **Senhor deputado municipal Olímpio Filipe Pedro (MBU)**, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira disse que era a primeira vez que estava a pedir a palavra, transmitiu que era com todo o gosto que estava naquela Assembleia, e que tem muito orgulho disso, salientou que quer fazer o melhor pelo Concelho e espera que todos pensem da mesma forma. -----

Aludiu ao que se passou na última Assembleia, dizendo que houve eleições, houve listas partidárias e houve listas que não são partidárias. Frisou que houve pelo menos quatro Presidentes de Junta, que foram eleitos sem ser por listas partidárias, sublinhando que a maior parte dos eleitos nas Assembleias de Freguesia, foram por listas que não estavam associadas a partidos. -----

Mencionou que quando se falou numa Comissão Permanente para o acompanhamento da Assembleia, falou-se numa conferência de líderes, como que a conferência de líderes representasse toda a Assembleia. -----

Na sua opinião isso não é correto, a não ser que os Presidentes de Junta de Freguesia não tenham o mesmo estatuto que os outros membros naquela Assembleia. Chamou a

atenção para o facto de estarem a excluir pelo menos quatro presidentes de Junta de Freguesia desse papel. -----

Disse confiar no trabalho que os membros dos partidos possam fazer naquela Assembleia, porém é uma questão de representação e no seu entendimento tem de ser acautelada essa situação no futuro.-----

Abordou outro assunto, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que mais uma vez verificava que algumas obras que estão a ser necessárias na nossa região não vão ser feitas este ano, nomeadamente a estrada que liga a Gateira à Coriscada, alertou para o facto de estar em muito mau estado, sublinhou que o funcionário dos autocarros que fazem a ligação da zona de Trás-os-Montes até à Guarda já ameaçaram que iam deixar de circular por ali, ficando em prejuízo pelo menos as pessoas das três localidades, da Barreira, da Gateira e da Coriscada. -----

Concluiu, dizendo que não vão ser o interior do Concelho de Mêda, queixamo-nos que a Mêda está a ser prejudicada e está, por ser o Interior e por ter pouca gente, nós por temos lá pouca gente, também não queremos ser prejudicados no seio do Concelho. --

**A Senhora deputada municipal Maria Lucinda Saldanha (PPM)** no uso da palavra partilhou que agora passa muitas vezes no cruzamento do Rabaçal, constatou que a paragem dos autocarros aí existente, onde param muitos autocarros, nomeadamente o expresso, não dispõe de um lugar coberto. -----

Solicitou que, já que não fossem dois, uma vez que tem paragem da direita e da esquerda como é normal, pelo menos devia existir um abrigo.-----

Lembrou que também já tinha solicitado o mesmo para o Centro Escolar e que até agora continuam à espera de algum elemento coberto. -----

Em relação às atas e à correspondência que os Srs. Deputados recebem em casa, entende que não é necessário ser lida na Assembleia. Partilhou que gosta mais de ler, anotar, riscar do que estar a ouvir. Informou que é meia hora de tempo perdido, quando podiam já estar a trabalhar. -----

A terminar frisou que é para ser ler lida a correspondência recebida e não a expedida. -

**O Senhor deputado municipal Hermínio José Albino (CDS/PP)** no uso da palavra dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que não podia deixar passar a questão do encerramento do Tribunal da Mêda.-----

Quis saber o que é que foi feito, para além da manifestação do dia dezassete, a que todos pudemos assistir, até pela comunicação social e os que podemos estar lá presentes estivemos. -----

Constatou que o Senhor Presidente foi acompanhado pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda Helena Pinto e recordou que, aquando da campanha eleitoral, António José Seguro veio cá. Num comício que fez aqui na Mêda, disse e passou a citar “*que sim, que o tribunal ia encerrar*”. Interpelou o Senhor Presidente da Câmara questionando se foram feitas algumas démarches por ele ou com a sua presença, ou por si, no sentido de evitar que o tribunal fosse fechado.-----

Disse saber também, que ele anda para aí a dizer que se for governo reabrirá o Tribunal da Mêda e os outros. Perguntou se o Senhor Presidente da Câmara acredita nisso.-----

Informou que também tiveram conhecimento que em tempos terá havido uma visita às instalações deste Tribunal com a Senhora Dr.ª Teresa Anjinho, da Comissão Parlamentar de Justiça e que na altura o Senhor Presidente da Câmara que estava ligado ao Executivo não terá acompanhado essa visita ou não se inteirou disso, disse não saber. -----

Finalmente, sobre este assunto, prosseguiu questionando se não será tarde demais agora e se acredita mesmo, que com manifestações vamos lá, que desse modo vamos conseguir parar esta sangria de encerramentos e de problemas que se avizinham. -----

Passou para a segunda questão dizendo que constatou da leitura feita há momentos da ata, que o Senhor Presidente, na altura respondeu-lhe que o número de estagiários e Poc's seriam vinte ou cerca de vinte, questionou se já sabe o número exato, uma vez que lhe constou que são mais. Quis saber também se os pelouros já estão distribuídos pelos Senhores Vereadores e quais são esses pelouros. -----

**O Senhor deputado municipal João António Zeferino (PSD)** no uso da palavra disse que em relação à Comissão Permanente, estava com a expectativa de hoje já receber, se não fosse o trabalho já feito, pelo menos já um esboço para estarem a trabalhar. ----

Disse não saber de quem é o defeito, se é do seu correligionário de bancada ou se é dos outros, solicitou que alguém o esclarecesse. -----

Prosseguiu dizendo não saber qual é o entendimento da Mesa e do Senhor Presidente da Assembleia, mas há aqui uma questão que é extremamente importante. Entende que, para que seja constituída uma comissão permanente terá de haver uma organização de um grupo, ou seja, a uma representatividade de grupo.-----

Referiu-se ao problema que o Senhor Deputado Olímpio levantara na sua intervenção sobre a representatividade por parte dos Presidentes de Junta na Comissão Permanente disse que ele representa a Barreira não representa um grupo, perguntou como é que se vão reunir enquanto grupo. -----

Abordou outro assunto dizendo que não era para intervir, mas não queria perder a oportunidade de dizer que teve todo o prazer de estar na manifestação pública e de ser solidário com o seu concelho e com os meus municípios. Sublinhou que gostava de ter visto na manifestação, os nossos deputados do Distrito, sejam eles de esquerda ou de direita. Este é o primeiro reparo público que faz e que regista com muito desagrado.-----

Disse ter gostado imenso, de ter visto na manifestação a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda. No entanto, mostrou-se desagrado com a forma como foi apresentada, disse que parecia uma manifestação de um grupo. Alertou para o facto de que não era uma manifestação de grupo, mas sim uma manifestação de um Concelho.-----

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que quando houver uma intervenção pública, haja algum cuidado na forma de a organizar e na forma de a apresentar. -----

Assinalou como positivo a participação das pessoas na manifestação. Mas deixou um alerta para a contextualização que é dada.-----

Salientou que quando estamos a assumir um cargo público, estamos a defender populações, não estamos a defender partidos. Pediu respeito para com as pessoas.-----

A terminar disse que gostaria de ouvir, da parte do Senhor Presidente da Câmara, se a recomendação que lhe fez sobre o IMI já foi analisada no executivo. -----

**O Senhor deputado municipal Fernando Manuel Jesus (CDS/PP)** no uso da palavra iniciou a sua intervenção chamando a atenção do Senhor Presidente relativamente a dois problemas que tem constatado, nomeadamente com as vias públicas.-----

Fez saber que a estrada que liga Fontelonga à Cornalheira continua esburacada, e comparou-a com a que faz a ligação da Coriscada à Barreira. -----

Quis saber se o Senhor Presidente tem conhecimento da situação e qual é o tipo de resolução que irá fazer. -----

Chamou a atenção para a sinalização da estrada que liga a Mêda a Outeiro de Gatos, salientou que, para além daquela aldeia, também em outras acontece. Informou que é uma estrada que não tem sinalização vertical nem horizontal e é uma estrada onde normalmente pastoreiam rebanhos, o que torna a circulação um problema.-----

Abordou outro assunto, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que já lá vão cinco meses que o executivo está em funções e apesar de se ouvir muitas vezes nas diversas manifestações, que continuaria a haver apoio à Adega Cooperativa de Mêda, tal como foi referido na ata anterior, até ao momento, a Adega Cooperativa, continua sem qualquer tipo de apoio por parte da Câmara Municipal de Mêda. -----

Referiu que enviaram um ofício, e que estiveram reunidos com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Vereador, relativamente a este assunto, tendo na altura o Senhor Presidente até ter sido muito recetivo à continuidade do apoio à Adega Cooperativa de Mêda.-----

Disse aproveitar este momento, embora entenda que não seja assim tão oportuno, para desfazer eventualmente algumas informações ou desinformações, que vão correndo por aí. Explicou que a Adega Cooperativa de Mêda foi efetivamente apoiada pelo executivo anterior do qual também o Dr. Anselmo fazia parte e que o protocolo vigorou durante três anos.-----

Lembrou que o protocolo tinha como base, uma mensalidade, por isso falava apenas a nível financeiro, de mil e duzentos euros e, em contrapartida, a Adega forneceria os seus produtos aquando dos eventos que a Câmara dinamizasse. -----

Constatou que no final destes três anos, e fazendo as contas de uma forma rigorosa, dos trinta e dois mil e quatrocentos euros que a Câmara deveria nesse protocolo dar à Adega Cooperativa de Mêda, faltaram treze mil e duzentos euros, ou seja, a Adega Cooperativa de Mêda, recebeu dezanove mil e duzentos euros, disse que não foi muito, nem foi pouco, foi uma ajuda e que a instituição está agradada com isso.-----

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Prosseguiu dizendo que se a estes dezanove mil, subtraírem mais ou menos três mil euros que foram ofertas feitas à Câmara Municipal, ficam com dezasseis mil euros.-----  
Entende que uma instituição daquelas, uma instituição que consegue neste momento ter um volume de vendas e consegue neste momento já dar alguma marca da nossa Cidade, do nosso Concelho ao País, que é demasiado pouco e é nesse sentido que alertou novamente o Senhor Presidente para a necessidade de o executivo continuar a apoiar a Adega Cooperativa de Mêda e apoiar efetivamente.-----

Esclareceu que a Adega Cooperativa de Mêda é uma instituição que neste momento já tem como regressados trezentos e cinquenta agricultores da Região Demarcada do Douro, destacou que são esses, e aqueles que são de fora da região demarcada, que devem ser protegidos, não são os órgãos que representam a cooperativa. -----

Solicitou ao Senhor Presidente alguma brevidade na resolução desta situação.-----

**O Senhor deputado municipal Luís Manuel Saraiva (CDS/PP)** no uso da palavra disse haver variadíssimas questões no aspecto do Tribunal, que gostaria de colocar.-----

Disse existir uma coisa que é fundamental e que não sabe se alguma vez foi posta. Em termos estritamente jurídicos, há aqui manifestamente um conceito de denegação de justiça, o que é um princípio constitucional.-----

Mencionou que é manifesta a violação do princípio de igualdade e da tutela da confiança dos cidadãos de uma certa comarca. Entende que de todas as comarcas na mesma situação, não lhe pareceria descabido, uma acção interposta no Tribunal Constitucional, invocando exactamente estas matérias. -----

Quanto à providência cautelar que viu no *site* da Ordem dos Advogados que iria ser proposta pela Câmara da Mêda e pela Câmara de Murça, entende que não tem qualquer espécie de fundamento, porque o Decreto-Lei vai ser geral e abstracto, e consequentemente a providência cautelar é totalmente inútil.-----

Disse que uma acção a declarar a inconstitucionalidade, isso sim, isso parece-lhe que pode ir a algum sítio, ou pelo menos, enquanto essa acção decorrer, poderá ter efeitos suspensivos e entretanto o Tribunal não fecha, e outras coisas podem vir. -----

Lembrou uma sugestão feita por si anteriormente de poder ser um tribunal de execuções, para o que teria ótimas condições. -----

Historiou que a comarca da Mêda tem 200 anos. É muito mais antiga que a de Foz-Côa. Explicou que a de Foz-Côa estava agregada à Mêda, Trancoso estava agregada à Mêda. É a comarca mais antiga de todos os Concelhos limítrofes, à excepção de Pinhel. -----

A terminar e ainda a propósito deste ambiente que se criou à volta do Tribunal, disse que gostaria de rogar, e só rogo, não peço, a todos que têm responsabilidades autárquicas, que pautassem a solidariedade como imperativo da sua conduta e olvidassem eventuais interesses pessoais, que não sejam as pessoas que são a nossa prioridade, que fique bem presente, na Democracia Cristã e no CDS, a pessoa é a prioridade. -----

**O Senhor deputado municipal Carlos Manuel Videira (Independente)**, Presidente da Junta de Freguesia do Rabaçal, no uso da palavra dirigiu-se ao Senhor Presidente

recordando um pedido já feito anteriormente e que vai ao encontro das palavras da Senhora deputada Lucinda, as quais subscreve, quanto à necessidade de um abrigo na Nacional 102. Informou que há muitas pessoas que vêm de várias aldeias apanhar o seu transporte e que terão que estar ali à chuva. -----

Rememorou um pedido feito relativamente a um abrigo da mesma natureza, à entrada do Rabaçal, via 102, nas paragens dos autocarros que os alunos usam, uma vez que também se encontram ali sem qualquer acolhimento, e agora de Inverno é difícil estar ao temporal. -----

**O Senhor deputado municipal Pedro Miguel Lourenço (PS)** no uso da palavra começou por destacar o excelente trabalho que o executivo está a fazer sobre a dívida a outros e terceiros, na sua opinião a Câmara não tem dívida nenhuma, cento e cinquenta mil euros, é um valor pequeno. -----

Felicitou executivo e a população em geral do Concelho de Mêda, pela manifestação sobre o encerramento do Tribunal, que foi vista em todo o País e em todo o Mundo, porque todos os órgãos da comunicação social estiveram presentes e entende que foi uma manifestação que chegou aos ouvidos da Ministra e espera que com a nossa força e com mais manifestações e outros atos o Tribunal da Mêda possa não encerrar. -----

Deu os parabéns à Juventude Socialista de Mêda, pela organização da Oitava Convenção Distrital da Federação da JS aqui na Cidade de Mêda, informou que estiveram presentes o Presidente da Federação do PS, o Presidente da Juventude Socialista a nível nacional, salientou que foi uma excelente organização, disse que esses atos também fazem com que a nossa cidade seja vista no distrito e a nível nacional.-----

A terminar, deixou ao Executivo duas pequenas propostas.-----

Primeiro entende que seria importante o Executivo pensar na criação de uma rede de partilha de livros escolares para ajudar os alunos mais necessitados.-----

A segunda proposta vai no sentido de o Executivo pensar em fazer Marketing territorial sobre o nosso Concelho, publicitar todos os benefícios que temos em viver no interior do País, o turismo; Marialva; o ar que respiramos; a água, entre outros com o objectivo de chamar pessoas para o nosso Concelho.-----

**O Senhor deputado municipal João Maria Sequeira (CDS/PP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso no uso da palavra informou que em relação ao muro da Fonte Salgueiro ainda nada lá foi feito. Alertou para o facto de estar a cair cada vez mais.-----

Lembrou que houve uma altura em que recebiam nas Juntas de Freguesia avisos agrícolas, mas que de há um ano para cá, deixaram de se receber. Na sua opinião é uma verba simbólica para a Câmara uma vez que custa apenas três euros e para os lavradores era vantajoso. Disse ainda que era o Gabinete Agrícola que os enviava.-----

Alertou o Executivo, que talvez não saiba, para o muro da entrada do caminho da Ervedeira, que também caiu. Chamou a atenção para o facto de ser um perigo porque se encontra numa curva.-----

Congratulou-se com o facto de o Executivo ter colocado sinais nas paragens dos autocarros nas duas quintas onde há crianças, uma vez que os condutores se recusavam a parar lá.-----

Abordou outra questão lembrando que acerca de três e meio, quatro anos, foi pedida uma luminária pública para a Rua do Senhor Bernardino, constatou já terem havido conversações mas a luminária, que é uma coisa tão barata, não aparece lá. Alertou para o facto de um Senhor já lá ter caído duas vezes tendo-se magoado, explicou que tem oitenta anos e aquilo é um escuro "medonho". Pediu ao Executivo para olhar por essa situação.-----

A terminar deu os parabéns ao seu amigo o Senhor deputado Zeferino, pela intervenção que fez anteriormente em relação à manifestação sobre o tribunal. Disse que é verdade, veio uma deputada do Bloco de Esquerda e dos partidos do Governo nenhum. Alertou para essa situação.-----

**O Senhor deputado municipal António José Prata (PS)** no uso da palavra disse que queria apenas e só, dizer duas coisas.-----

Na sua opinião as Comunidades Intermunicipais proteladas por este Governo de forma tão vincada, em que nós elegemos dois representantes na última Assembleia, têm um papel e são de grosso modo uma pequena substituição daquilo a que se chama as regiões administrativas, são consideradas autarquias à semelhança dos Municípios e das Freguesias.-----

Disse que, é óbvio que as CIMS foram criadas para promover o desenvolvimento de uma região que tem alguma afinidade em termos económicos, em termos sociais, que criam ligação entre as pessoas. Estranhou profundamente que na questão da justiça não se tenham tido em causa precisamente essas áreas administrativas, ou seja, a Mêda está inserida numa Região Centro, estamos inseridos numa CIM que tem a ver com as Beiras e com a Serra da Estrela, e vamos em termos de justiça, para a zona Norte, para a Região do Douro, para Foz-Côa.-----

Salientou que todos independentemente da cor partidária devem promover sinergias para o desenvolvimento e manutenção do nosso Concelho. Sublinhou que foi para isso que foram eleitos.-----

Disse que não pode ser só vincado na opinião pública, que se isto tivesse acontecido nós tínhamos, se isto tivesse acontecido nós teríamos, disse que está na hora, de uma vez por todas, todos nós, Executivo e Assembleia Municipal, sejamos capazes de reunir esforços e influências, quem as tiver que as demonstre junto do poder político instituído a nível Nacional, para que realmente o Concelho de Mêda, seja ouvido e seja mantido o nosso Tribunal.-----

Explicou que é um dos melhores Tribunais em termos de construção, é um edifício com uma presença física monumental, coisa que não acontece nos outros e a justiça também tem a ver com a presença monumental.-----

Prosseguiu fazendo um reparo a uma situação ocorrida anteriormente e lembrou que quando chegou a altura de discutir o mapa de pessoal da autarquia, fez questão de se

ausentar, sublinhou que é também de bom-tom, que em algumas situações onde estejamos diretamente ligados, sejamos capazes de resolvê-las de forma institucional e nos órgãos próprios. Não seja arma de arremesso em termos de Assembleia.-----

Frisou que, em relação à Adegas, a haver alguma coisa a ser conversada, a ser discutida e a ser falada, deverá ser feito institucionalmente, entre o Senhor Presidente e órgãos da Adegas Cooperativa e o Executivo Municipal, em lugares próprios, não devendo constituir a situação da Adegas, arma de arremesso político.-----

Rematou dizendo que se todos juntos, se conseguirem realmente entender o cerne da questão, vão fazer deste Concelho um Concelho maior, um Concelho grande, com poder de influência. -----

**O Senhor deputado municipal Filipe Manuel Rebelo (PSD)** no uso da palavra questionou o Senhor Presidente da Assembleia sobre a situação da Comissão Permanente. -----

Respondeu ao Senhor deputado Zeferino que na última Assembleia Municipal, indicou-se uma Comissão Permanente, da qual ficou encarregue a Mesa de organizar essas reuniões ou pelo menos, tomar as diligências necessárias para as mesmas acontecerem e constatou que a única vez que o contactaram no intuito de reunir foi na passada sexta-feira, onde lhe foi solicitada a disponibilidade ou não para reunir.-----

Disse que tanto ele como o Senhor deputado Cláudio Rebelo manifestaram imediatamente essa disponibilidade para reunir, e o que é facto, é que mais ninguém respondeu, pelo menos não responderam da mesma forma como nós. Partilhou que tentaram criar uma conversa, mas que o mesmo não aconteceu, não tiveram qualquer feedback. -----

Disse que já muito aqui foi dito acerca da manifestação. Dirigiu-se ao Senhor Presidente dizendo que chamou o povo a sair à rua e nós todos saímos à rua sem olhar a cores partidárias, com o intuito único de defender o nosso Tribunal. -----

Estranhou sobre a forma como decorreu a mesma manifestação, na sua opinião terá sido certamente a manifestação mais rápida deste País. -----

Contou que foi a primeira manifestação a que foi, informou não ser muito adepto de manifestações, mas enquanto agente associativo participou em muitas e organizou outras e todas as manifestações em que participou e daquelas que organizou, salientou que fez sempre questão de ter um manifesto ou a razão pela qual se manifestava, o que é que nós manifestámos. Expôs que foi uma coisa que não sentiu.

Revelou que não só não sentiu, que não receberam em formato de papel, mas também não sentiu nas palavras do Senhor Presidente. -----

Disse que naturalmente, as palavras do Senhor Presidente, disseram que o Tribunal nos era querido, que o Tribunal era uma coisa que nós precisávamos, mas no fundo a razão do nosso Tribunal se manter e os outros encerrarem eu não ouvi da sua parte. ---

Dirigiu-se ao Senhor Presidente, dizendo que quando nos manifestamos temos naturalmente que dizer porquê e temos que esgrimir argumentos.-----

Aludiu à intervenção do Senhor deputado António José Prata, disse concordar e

subscrever as palavras do mesmo quando falou numa situação muito interessante e que é muito bem vista e que está correta. Se o Governo de uma forma organiza o território por um lado, naturalmente que a justiça e a própria saúde terão que ir ao encontro dessa mesma CIM. Salientou que são estes argumentos que numa manifestação têm que ser vinculados. -----

Prosseguiu questionando o Senhor Presidente sobre o que é que já foi feito para além da manifestação, porque no seu entendimento a manifestação não trouxe os argumentos que nos levam a exigir o Tribunal. Continuou chamando a tenção para o facto de que se esta era uma manifestação que se diz da população da Mêda, os intervenientes, disse que tirando naturalmente o Presidente da Junta de Marialva que também fez na sua intervenção uma bela comparação que é correta, não houve outros intervenientes da sociedade. Aquilo que nós tivemos, foi três intervenções na ordem dos doze a quinze minutos, dez minutos de música. Indagou se é a música a nossa manifestação Senhor Presidente -----

Reforçou que isto é grave. Disse não saber quais são os argumentos que o Executivo defende para manter o Tribunal, não sabe o que é que o partido A, B, C ou D defende para manter o Tribunal.-----

Esclareceu que as manifestações servem para isso, para que todos digamos, para todos esgrimirmos opiniões, sendo certo que a manifestação era sobre o encerramento do Tribunal, para que possamos todos, com uma voz única, defender o não encerramento do Tribunal.-----

Comunicou que a política também é o ato de antever os problemas. Relativamente aos tribunais, entende que já nas Assembleias anteriores, foi trazido esse tema para cima da mesa, e acha que o Executivo agiu por reacção. -----

Alertou o Senhor Presidente dizendo que na política não é por reacção, é por ação. Lembrou que já se falava há muitos anos, em outros Governos, não é o Governo A, o Governo B ou o Governo C, que vem agora dizer que os tribunais vão fechar, já vem de trás, portanto, o Executivo tinha de ser proactivo e não reactivo. Pediu a pro-atividade do Senhor Presidente da Câmara para a situação das finanças. Informou que a situação das finanças está em cima da mesa, disse estar a ser debatido hoje o encerramento das finanças. -----

Reforçou que temos de ser proactivos, e saber o que é que queremos fazer para as nossas finanças não encerrarem.-----

Nos tribunais falhámos, espero que não falhemos na situação das finanças, disse a rematar.-----

**A Senhora deputada municipal Celina Marisa Cardoso (CDS/PP)** disse que a sua intervenção segue-se no âmbito da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre as atividades do Município.-----

Constatou que na folha das obras do Município, existe uma rubrica com a construção da ponte do Aveloso.-----

Quis saber mais algumas informações acerca da mesma. -----

O Senhor deputado municipal Cláudio Jorge Rebelo (PS) no uso da palavra disse ser inevitável não se falar no encerramento do Tribunal.-----  
Lembrou várias manifestações, incluindo esta, em que a população da Mêda saiu à rua para se manifestar contra o encerramento de serviços. -----  
Recordou uma primeira vez, governava um Governo socialista, em que foi à Guarda manifestar-se contra o encerramento do SAP, partilhou que lhe custou bastante, pois tinha que se “malhar” no Governo. Foi esse o papel que teve que fazer, porque acima dos partidos, estão as pessoas e portanto estava o interesse da Mêda em jogo. -----  
Recordou depois uma outra manifestação, há sensivelmente três anos, já com este Governo, também sobre o encerramento do SAP. Disse que para ele era mais fácil, uma vez que o governo já não era da sua cor partidária. -----  
Frisou que nesta luta não há partidos. Esta luta é uma luta de todos.-----  
Esclareceu que o Partido Socialista de Mêda não reagiu em comunicado ao encerramento do Tribunal, porque acha que esta luta tem de ser de todos, porque se alguém diz que tem poder, ou se fosse assim o tribunal não encerrava, então que diga como.-----  
Recordou uma outra manifestação em dois mil e doze, também com este governo, em que foram a Lisboa manifestar-se contra o mapa judicial o qual também envolvia o encerramento do tribunal da Mêda. -----  
Entende que ao dizermos mal dos nossos partidos, podemos estar a dizer bem do nosso Concelho, e portanto esta luta, é uma luta à margem de dividendos partidários, deve ser uma luta pela Mêda.-----  
Em relação à Comissão Permanente, disse que uma vez que estavam todos reunidos sugeriu que se agendasse uma data para que possa haver um entendimento e começarmos a trabalhar, com o objectivo deste mesmo órgão funcionar melhor. -----  
**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse que relativamente à Comissão Permanente, disse não ter marcado nenhuma reunião porque esperava esta Assembleia para decidirem definitivamente.-----  
Pedi aos Senhores deputados que fazem parte da Comissão Permanente o favor, de ficarem no final para combinarem uma data.-----  
Em resposta ao Senhor Deputado Fernando Jesus, Presidente da Adegas Cooperativas de Mêda, disse e frisou que agora iria falar, única e simplesmente como cidadão, representante da Coriscada, e não como Presidente da Assembleia.-----  
Disse que no seu entendimento não vê que seja juridicamente possível, que uma Adegas Cooperativas que é privada tem sócios privados, esteja permanentemente a servir-se dos dinheiros públicos. Por outro lado, se tem sócios, os sócios é que têm que determinar aquilo que a adega quer fazer. Frisou que no seu entendimento não é a Câmara que tem que subsidiar a Adegas. -----  
Disse concordar e aceitar, quando de uma forma abstracta se diz a Câmara deve ajudar os agricultores, mas a verdade é que a Câmara não pode fazer tudo, principalmente com o dinheiro que existe neste momento. -----

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Rememorou que a Adega, no seu entendimento, não é nenhuma entidade que possa estar a viver à custa da Câmara. Pode haver protocolos, mas a Adega é a Adega, uma entidade privada. -----

Disse ser esta a sua opinião e não queria de maneira nenhuma, nem podia, deixar passar isto em claro. -----

**O Senhor deputado municipal Fernando Manuel Jesus (CDS/PP)** disse ter ficado surpreendido com a intervenção do Senhor Presidente porque acha que será função do Senhor Presidente da Mesa, e dos Senhores Secretários dirigirem os trabalhos da Assembleia e não ter uma intervenção directa nos trabalhos da Assembleia quanto mais sobre um assunto que é particular.-----

Esclareceu que juridicamente a Adega Cooperativa de Mêda não é privada, tem outro estatuto. -----

Disse que no seu entendimento o período antes da ordem do dia será para intervenções de informar o Executivo, intervenções relativamente a louvores ou críticas que se podem fazer relativamente aos procedimentos entre o período das Assembleias e não para responder àquilo que outros Deputados afirmaram. -----

Recordou que, dirigiu a questão directamente ao Senhor Presidente da Câmara, por isso pensa que não é permitido, sendo esta questão dirigida a uma pessoa em particular, haver outro elemento a responder por ele, a não ser que, e não é do nosso conhecimento, o Senhor Presidente tenha delegado essa competência num porta-voz ou num outro elemento, para responder aos Senhores Deputados.-----

Relativamente ao assunto Adega Cooperativa de Mêda, disse só o ter trazido hoje, não só porque é o Presidente da Adega, mas também porque é cidadão da Mêda. -----

Aludiu à intervenção do Senhor Deputado António José Prata quando disse que não deveria trazer aqui o assunto Adega como arma de arremesso político, informou que não trouxe o assunto Adega Cooperativa de Mêda, como arma de arremesso partidário, mas sim política, e se de política nós não estamos aqui a tratar, então não estamos aqui a fazer nada. -----

Por isso, se é política que temos que tratar é isso que deve ser feito aqui. Eu não estou aqui a representar o partido, nem estou a utilizar a Adega Cooperativa de Mêda para que o partido cresça ou decresça, agora estou aqui a utilizar a Adega Cooperativa de Mêda porque represento aqui as minhas funções políticas. -----

**O Senhor deputado municipal Hermínio José Albino (CDS/PP)** novamente no uso da palavra disse que em complemento ao que já havia sido dito pelo seu colega de bancada o deputado Fernando Jesus pretendia acrescentar algumas notas em relação à Adega.-----

Esclareceu que a Adega Cooperativa é uma entidade sem fins lucrativos. Anda por aí muita gente a dizer que é privada, tem lucros. Não é nada disso, é uma entidade sem fins lucrativos, que persegue objectivos sociais e como tal, o Senhor Presidente da Câmara sabe perfeitamente que tem aí um parecer jurídico neste Executivo que diz e

há vários exemplos no País que dizem que não é mal nenhum, antes pelo contrário, que as Câmaras ajudem as adegas cooperativas. -----

Pediu esclarecimento ao Senhor deputado António José Prata, quando ele diz que relativamente ao encerramento do tribunal, se há aqui pessoas com influência que as devem utilizar em prol do não encerramento. Perguntou se por acaso se está a dirigir a alguém em especial, e que dissesse se conhece essas pessoas. -----

**O Senhor deputado municipal António José Prata (PS)** disse que talvez não se tenha feito entender o que pode ter levado a que haja aqui alguma confusão.-----

Disse que a sua intervenção não vai no sentido de falar sobre alguém em concreto. Asseverou que o que quis dizer é que se for o Senhor deputado Hermínio a ter essa influência que a exerça, se for o Senhor Filipe Rebelo que a tenha, que a exerça, se for outro elemento qualquer que esteja aqui presente nesta sala que a exerça. Reafirmou que não se dirigiu a ninguém em particular.-----

Frisou tal como fez na sua primeira intervenção naquela Assembleia Municipal que todos juntos fazemos um Concelho grande, se nos dividirmos vamos fazer uma quinta muito pequenina. -----

**O Senhor deputado municipal Olímpio Filipe Pedro (MBU)** Presidenta da Junta de Freguesia da Barreira, no uso da palavra para responder diretamente ao Senhor deputado Zeferino, na questão de ser difícil encontrar a representatividade para os Presidentes de Junta.-----

Disse que não podem é desistir de a ter. Nós somos elementos eleitos, devíamos estar aqui mais como cidadãos do que como elementos de partidos, penso que resultava melhor e trabalhávamos mais em prol da comunidade. -----

Afirmou não saber até que ponto os grupos parlamentares eleitos na Assembleia Municipal representam os Presidentes de Junta, mesmo que eles sejam da mesma cor partidária.-----

Sugeriu a presença de um representante de todos os Presidentes de Junta na Comissão Permanente, frisou que dessa forma haveria uma representatividade.-----

Diz confiar nas pessoas que estão na Comissão Permanente, embora ache que talvez para alguns pontos podia haver alguma sensibilidade de algum elemento das Juntas. ---

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** respondeu ao Senhor deputado Fernando Jesus que antes de começar a falar, disse que estava a falar não como Presidente da Assembleia mas sim como cidadão, e como tal estava inscrito para poder dizer aquilo que achasse que devia dizer na Assembleia, quer as pessoas concordem ou não. O Senhor Presidente evidentemente que o ouviu como ouviu a todos os outros e agora dará as respostas que entender dentro daquilo que houve aqui na Assembleia e aquilo que ache ser o melhor. -----

Frisou que não está contra a adegas, nem está contra ninguém. Na sua opinião, a adegas está a fazer um bom trabalho, o que é de agradecer. Rememorou que falou como cidadão, não como Presidente da Assembleia. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo pediu para esclarecer aquela Assembleia sobre a questão da Adega Cooperativa de Meda. Pedido que lhe foi recusado uma vez que não se encontrava inscrito.-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra saudou os presentes, disse que esperava responder a todas as questões que lhe foram colocadas. Disse estar aqui para isso, para debate, para colocarem as vossas questões e serem esclarecidos. -----

Em primeiro lugar disse que ia falar do Tribunal, uma vez que foi um assunto abordado pela maioria dos deputados. -----

Disse discordar um pouco da intervenção do Senhor deputado Filipe Rebelo, quando afirmou que reagiram por reação e não por ação. Entende que foi o contrário. Salientou e frisou que já vem há longa data a reagir por ação. -----

Informou aquele plenário que logo no final de dois mil e doze quando o primeiro mapa judicial falou no encerramento do Tribunal da Mêda, reagiram de imediato tendo participado numa manifestação que se realizou em Lisboa.-----

A seguir tiveram uma audiência com a Senhora Ministra, em que a alertaram para as razões, porque nós insistíamos, e hoje ainda temos essas convicções, que o nosso Tribunal deve estar aberto. Foi-lhe apresentado e deixado um dossiê contendo todos os argumentos.-----

Posteriormente, eu próprio marquei uma outra reunião com a Senhora Ministra. Fomos recebidos pelo Chefe de Gabinete, onde também esteve presente o Secretário do Tribunal, o qual levou o número de todos os processos que temos, porque os números apresentados para o encerramento do tribunal, eram ultrapassados de longe, por esses dados. -----

Tivemos também uma reunião com o Bastonário da Ordem dos Advogados, na altura com o Senhor Dr. Marinho Pinto, em que lhe deixamos também o dossiê, tendo ele se mostrado empenhadíssimo na questão dos tribunais, dizendo que e citou “que ia reagir juntamente com todos os Presidentes de Câmara, para fazer ver à Senhora Ministra que ela estava errada”. -----

Reafirmou que já há muito tempo que andam a reagir por ação e não por reação.-----  
Continuou dizendo que quando saiu o novo mapa, reagimos imediatamente. Pedimos várias audiências à Senhora Ministra.-----

Quinze dias antes de fazermos aqui a manifestação, tive uma reunião com o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde forma tomadas medidas em conjunto com outros Presidentes da Câmara, porque sabemos que todos juntos temos mais peso. -----

Respondeu ao Senhor Deputado Luís Saraiva que já pediu uma audiência ao Senhor Presidente da República para que fizesse uma fiscalização ao documento, em que se apresentasse os documentos, da denegação de justiça, da violação dos princípios da igualdade. Informou que isso já está a ser feito, numa estratégia em conjunto e não individual. -----

Foi pedida, também uma audiência a todos os grupos parlamentares, para que todos, mas todos, independentemente da cor política reagissem. -----

Partilhou que também já teve uma reunião com a nova Bastonária da Ordem dos Advogados, onde estiveram presentes alguns Presidentes, tendo sido definidas estratégias em conjunto. -----

A reação tem sido ativa, e achamos que esta manifestação também foi importante. Penso que os objectivos foram divulgados e afirmei para a comunicação social, que vamos continuar a lutar, é uma questão de todos, um problema de todos. -----

Asseverou que está aqui para defender o Concelho.-----

Disse já ter pedido novamente uma audiência à Senhora Ministra, para lhe apresentar mais uma vez os argumentos, que realmente entende que o nosso Tribunal deve manter-se aberto. Portanto, estamos aqui a defender a manutenção do Tribunal aberto, e vamos continuar a defender. -----

Quanto ao Serviço de Finanças, informou que já marcou uma reunião com o Senhor Secretário de Estado, o qual passou a citar "que não iria recebe-lo porque não tinha nada para dizer."-----

Em relação às obras, disse haver obras prioritárias, garantindo desde já que a obra da estrada Gateira-Coriscada será uma realidade. -----

Em relação aos abrigos, informou que já foi feito um levantamento.-----

Em resposta ao Senhor deputado Fernando Jesus sobre a Adega disse que recebeu o ofício após a reunião que tiveram. Disse saber que a adega não é uma associação mas é uma cooperativa, e na sua opinião é obrigação da Câmara ajudar, colaborar com todas as Associações e também com as Cooperativas que realmente são uma mais-valia para o nosso Concelho. Asseverou que a Adega é sem dúvida uma mais-valia para o nosso Concelho.-----

Informou que irão ter uma reunião muito brevemente para acertarem a forma de apoio por parte da Câmara, uma vez que há outras formas de apoiar sem ser financeiramente. Assegurou que neste momento há algum apoio à Adega Cooperativa de Mêda por parte da Câmara. -----

**O deputado municipal Hermínio José Albino (CDS/PP)** dirigiu-se ao Senhor Presidente dizendo que deixou sem resposta duas questões que ele colocou, nomeadamente se já sabia o número exato dos Poc's e Estagiários. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que são cerca de vinte e cinco. -----

**O Senhor deputado municipal Hermínio José Albino (CDS/PP)** disse que a outra questão tinha a ver com a distribuição dos Pelouros pelos Senhores Vereadores. Quis saber se já estava feita ou não. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que na altura certa se saberá. Informou que o Senhor Vice-Presidente é o Vereador responsável neste momento pelas obras e pela cultura. -----

**O Senhor Vice-Presidente Paulo Esteves** no uso da palavra para responder às questões colocadas disse que em relação aos abrigos está a ser feito esse levantamento em

todas as Freguesias, para saberem quais são os prioritários e quais são os que precisam de ser substituídos, comentou já terem algumas substituições em curso.-----

Quanto à estrada Fontelonga – Cornalheira vai ter que ser feita uma intervenção. Neste momento o problema prende-se com as verbas disponíveis para podermos fazer a intervenção. Passa-se o mesmo com a da Coriscada. Estamos convencidos de que iremos conseguir arranjar financiamento para efectuar essas obras. -----

Tomou nota em relação à sinalização vertical e horizontal assegurando que vão ver essa situação. -----

Em relação ao Aveloso, relativamente ao muro, disse que já era para ter começado em janeiro. Informou que já falado com o empreiteiro que alega que o tempo não tem permitido a construção do muro, se iniciada a construção, iria ficar danificado na mesma. -----

Quanto à luminária na Rua da Corredoura informou que já foi aprovada, e que vai ser colocada brevemente.-----

Em relação à ponte do Aveloso, informou que já procederam à abertura de concurso para a construção.-----

**O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD)** no uso da palavra para um pedido de esclarecimentos à Mesa. Perguntou ao Senhor Presidente da Mesa e aos seus Secretários, qual era o seu interesse no exercício do seu lugar, e se quando não se sentirem devidamente esclarecidos na resposta, podem ou não pedir um esclarecimento ao executivo. -----

Ainda sobre a situação dos Tribunais disse que era importante que tenhamos consciência de uma coisa. O encerramento de Tribunais consta de um programa que existe e que terá que ser cumprido. Foi assinado pela maioria dos Partidos da Assembleia da República, portanto é bem que o Senhor no exercício da sua função de Presidente de Câmara pense e tenha perfeita noção que os tribunais vão encerrar. E se os nossos argumentos são a velhice e o direito à justiça, esses argumentos são de todos. -----

Pediu ao Senhor Presidente, para ter em atenção as palavras do Senhor deputado António José Prata e que comece a olhar para os tribunais dos Concelhos limítrofes, e são esses os nossos argumentos da Mêda.-----

A terminar, quis saber quais são os argumentos da Mêda para o não encerramento do tribunal. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** em resposta ao Senhor deputado Filipe Rebelo disse que foram apresentados todos os argumentos que acabou de referir, nomeadamente as condições dos tribunais.-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**Ponto 1 - Informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade mais relevante do Município.**-----

**Ponto 2 - Apreciação e aprovação da Proposta nº10 – Adesão do Município de Mêda à rede de Judiarias de Portugal.**-----

**Ponto 3 - Para conhecimento – Relatório anual de atividades e avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Meda.**-----

**Ponto 1 – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara**-----

O documento foi previamente distribuído aos Senhores Deputados Municipais-----

**O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra para apresentar o documento disse ser o relatório das atividades mais relevantes realizadas nestes últimos dois meses, janeiro e fevereiro, respetivamente.-----

Chamou a atenção para as obras que estão em curso, destacando três obras que vão colocar a concurso, nomeadamente área de acolhimento empresarial, construção da ponte do Aveloso e a beneficiação de caminhos agrícolas. -----

Frisou que é um valor que ultrapassa um milhão de euros. -----

Falou no saldo contabilístico. Informou que neste momento já foi liquidada grande parte da dívida. Explanou que a Câmara não deve praticamente nada a fornecedores e empreiteiros. -----

**O Senhor deputado municipal Luís Saraiva (CDS/PP)** no uso da palavra disse estar agradado com o facto de ver incluída nas informações do Senhor Presidente da Câmara o designado sector de apoio jurídico, de que na última Assembleia Municipal aqui se deu nota.-----

Questionou sobre um processo que corre no tribunal da Mêda, onde é Ré a Companhia de Seguros Tranquilidade, sendo Autor António Manuel Fernandes Soares. Quis saber se a Câmara tem algum contrato de seguro com a Tranquilidade; ou se é o Senhor António Manuel Fernandes Soares que está a por uma ação; ou se é o Senhor António Manuel Fernandes Soares a propor uma acção em que está envolvida a Câmara, que por sua vez, por força desse contrato de seguro é demandada a Companhia de Seguros Tranquilidade. -----

Abordou um outro assunto, pedindo ao Senhor Presidente e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que fosse considerado invocar perante o tribunal das comunidades, os direitos, liberdades e garantias específicos desta comunidade, que é o Concelho de Mêda. -----

Disse que esta questão nunca foi colocada por ninguém a nível nacional, podendo levar à responsabilidade civil do Estado Português seja ele qual for. -----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que da leitura das atas das reuniões do Executivo constatou haver lá alguma polémica relativa a um empréstimo de quatro milhões de euros.-----

Pedi ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse aquela Assembleia sobre todo esse processo, uma vez que o Tribunal de Contas diz que faltam alguns elementos.-----

Lembrou que é um empréstimo que vem do anterior executivo. Foi a uma reunião do executivo, e foi aprovado provavelmente aqui em Assembleia nessa altura, uma vez que ele ainda aqui não veio e esta é a segunda sessão. Continuou dizendo que nessa

reunião de executivo são chumbadas essas alterações com três votos contra dos Senhores Vereadores e dois do partido que o apoia. -----

Posteriormente a isso avança o processo, se calhar posso dizer com verdade que no dia vinte e sete de dezembro quando fizemos aqui a última sessão já o Senhor Presidente estaria a gastar dinheiro desse empréstimo ou a fazer pagamentos com a utilização desse empréstimo. -----

Alertou para o facto de não ter sido feita qualquer alusão a isso nas informações no ponto um, o que seria de esperar que o tivesse feito, porque é um dos pontos a ter em conta, a situação financeira do Município. -----

Disse saber ainda que posteriormente a isso tiveram conhecimento, via essas atas e outras informações que já houve outra votação, e aí existe a abstenção do Senhor Vereador do Partido Social Democrata, algo se passou, houve um *volte face* deste Vereador. Nós temos uma "bola de cristal" e de vez quando fazemos-lhe umas consultas, atrevo-me a dizer que algo se irá passar nos próximos tempos, provavelmente alguma negociata, algum acordo, porque houve aqui uma mudança de votação que não foi esclarecida e que possibilitou que validasse a sua pretensão ou pseudo-pretensão de aprovar esse empréstimo ou de utilizar esse empréstimo. -----

A segunda questão diz respeito à compra do equipamento de um ginásio que existia no edifício das Piscinas.-----

Consta que a Câmara terá adquirido esse equipamento, grande parte dele avariado. Questionou se é assim que o executivo quer promover o empreendedorismo jovem, adquirindo algo que dois empreendedores tinham, estavam a apoiar e a desenvolver e que iniciaram, e se acha que isso foi uma boa aplicação dos dinheiros públicos. -----

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer aquela Assembleia Municipal relativamente ao negócio; quanto custou; como é que foi feita a avaliação; quem avaliou; quanto é que se pagou. -----

O terceiro ponto tem a ver com a zona de acolhimento industrial, este nome pomposo que o executivo resolveu dar a estes terrenos.-----

Também aqui há especulações e se o executivo levou isto a orçamento, aprovou e nós deixamos passar aqui, agora surgem situações de especulações de terrenos e de negociatas. Há munícipes a pedir setenta mil euros por dois hectares e meio de terreno. Perguntou se, isto não será também falta de acautelamento de utilização de dinheiros públicos. -----

A terminar disse concordar com a proposta do Senhor deputado Zeferino, que é mude-se esta zona para Marialva, fica muito mais perto do IP2, é bem melhor e acabamos com estas especulações e já agora compre-se primeiro os terrenos e depois façam-se as coisas. -----

**O Senhor Presidente de Câmara** chamou a Dr.<sup>a</sup> Carla Sequeira, Técnica Superior deste Município, para esclarecer o Senhor deputado municipal Luís Saraiva relativamente à informação apresentada pelo sector de apoio jurídico. -----

A Senhora Dr.<sup>a</sup> Carla Sequeira (Advogada) disse que este era um processo recente, por isso tentaram inseri-lo na informação do Senhor Presidente.-----

Esclareceu que é uma situação em que houve um acidente de trabalho e naturalmente como existe uma incapacidade o processo correu os seus trâmites no Tribunal de Trabalho da Guarda. No entanto o Senhor Juiz na altura entendeu que não era o Tribunal competente para que a acção aí decorresse uma vez que estava em causa uma incapacidade superior a setenta por cento, e portanto teria que haver também a intervenção da Caixa Geral de Aposentações. Entretanto o processo ficou com despacho a aguardar a propositura da acção. No entanto e como se tratava de uma questão de incompetência, esta semana fomos notificados para apresentar resposta. Esclareceu e frisou que a Câmara não é Ré, foi apenas chamada como interveniente processual.-----

O Senhor deputado municipal Luís Saraiva (CDS/PP) pediu ao Senhor Presidente que noutras circunstâncias se pudesse melhor explicitar, ou pedir ao Gabinete Jurídico que melhor explicita-se a situação. Assim evitávamos perder tempo com estes esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que relativamente às questões colocadas pelo Senhor deputado Hermínio, sobre o plano de saneamento financeiro, e tendo em conta que há aqui deputados que não fizeram parte da antiga legislatura, disse que iria fazer uma pequena resenha histórica. -----

Começou por dizer que no anterior mandato, na reunião de Câmara de dezoito de junho de dois mil e treze, e em sessão da Assembleia Municipal realizada em vinte e oito de junho de dois mil e treze, foi aprovado um plano de saneamento financeiro, no valor de quatro milhões de euros. Isto foi aqui muito bem explicado na altura, porque este plano de saneamento financeiro não é para aumentar dívida. Esclareceu que o Tribunal de Contas, não permite aumentar a dívida, e isso é o que podemos constatar ao analisarmos as nossas contas. -----

Comunicou que antes do plano de saneamento financeiro a nossa dívida era de seis milhões, passava de seis milhões, seis milhões e meio. Depois do empréstimo a nossa dívida anda à volta dos seis milhões, não chega aos seis milhões. -----

Portanto o saneamento, como a própria palavra o diz, é para pagar dívidas essencialmente a fornecedores. Na altura isto foi tudo bem explicado e aceite e aprovado quase por noventa e nove por cento dos deputados da Assembleia. -----

Esse plano justificou-se, na altura, tendo em conta a situação financeira desequilibrada que o Município registou nos últimos anos, consequência do volume de investimentos realizados na segunda parte da última década e concomitantemente da celebração dos contractos de fornecimento de água e tratamento de afluentes, essencialmente das Águas do Zêzere e Côa. -----

Nesse plano de saneamento financeiro, traçámos as linhas de orientação do Município para os próximos anos. Mas tendo em conta como principal objectivo na altura desse

*Alto*  
*med*  
*---*

saneamento resolver os passivos financeiros junto dos credores do Município e reestruturar a dívida financeira.-----

Daí a virem cá para fora dizer que foram buscar o dinheiro e agora andam a gastar dinheiro nisto, andam a gastar dinheiro naquilo, isso não é verdade. Salientou que o dinheiro teve que ser empregue, teve que ser gasto nas facturas que tinha o Tribunal de Contas e nem sequer um tostão se podia desviar disso. Por isso é que o Tribunal de Contas aprovou e isso que fique muito bem claro aqui. -----

Explicou que no plano de saneamento financeiro ficaram desde logo definidas as condições de empréstimo, nomeadamente o montante, o prazo e o tipo de empréstimo. Ficou também deliberado e aprovado apresentar convites para apresentação de propostas a quatro instituições financeiras, o que veio a acontecer, e não a uma. No âmbito do convite que foi apresentado, tendo em conta o caderno de encargos, apenas a Caixa de Crédito Agrícola deu resposta. -----

Conforme exigências legais, o processo respeitante à contratação de empréstimo foi remetido em doze de agosto de dois mil e treze para o Tribunal de Contas para obter o visto, uma vez que já tinha sido aprovado em reunião de Câmara e em Assembleia. -----

Entre a documentação exigida e enviada para o Tribunal de Contas, foi enviada a listagem, como já disse, dos documentos a liquidar com o empréstimo de saneamento. Após o envio da documentação para o Tribunal de contas, o qual deu origem ao processo número mil duzentos e trinta e oito de dois mil e treze, foram solicitados vários esclarecimentos ao Município, os quais foram devidamente e oportunamente esclarecidos e enviados. -----

No que concerne ao contrato com a Caixa de Crédito Agrícola, contrato de empréstimo, foram suscitadas questões relativamente a algumas cláusulas que implicaram alterações do contrato, favorecendo a Câmara Municipal. -----

Em dezembro de dois mil e treze, levei essa minuta, do novo empréstimo ao executivo e que foi recusado. Salientou que a deliberação efectuada pelo executivo da Câmara Municipal apenas visou a aprovação dessas cláusulas e não o contrato de saneamento financeiro. Não sendo realizada qualquer deliberação como aqui se quer fazer querer no sentido de cancelar o processo de contratação do empréstimo. -----

Em doze de dezembro, tendo em conta que o Tribunal de Contas pediu esse aditamento ao contrato, enviamo-lo imediatamente no dia doze de dezembro, e a reunião de executivo penso que tinha sido a onze de dezembro. Referiu que não enviaram a ata dessas cláusulas, porque só podiam enviar a ata passados quinze dias depois de ser assinada. A dezanove de dezembro veio a informação via *fax*, do visto da aprovação pelo Tribunal de Contas. -----

Salientou que não existiu e nem poderia existir qualquer reafectação dessas verbas, pois a listagem dos documentos a liquidar para o empréstimo foi única e exclusivamente uma, não tendo sofrido em momento algum qualquer alteração.-----

*Alu*  
*M...*  
/-----

Os credores foram apenas os identificados que constam na lista que foi para o Tribunal de Contas e foram esses a quem as dívidas foram liquidadas com o capital proveniente do empréstimo, sendo maior fatia, como já disse, para as Águas do Zêzere e Côa. -----

O que se pretendeu e pretende, como aliás se verificou desde o início deste processo com esse empréstimo de saneamento foi assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Município, essencialmente a consolidação do seu passivo. -----

A terminar salientou que todos os passos foram dados pelo anterior executivo, onde foi aprovado. -----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** indagou o Senhor Presidente da Câmara porque é que levou a alteração de cláusulas a reunião de executivo. E Porque é que omitiu ao Tribunal de Contas o resultado dessa reunião. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que levou ao executivo, com a finalidade de tornar as coisas o mais transparentes possíveis. -----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** disse que isto levava-o a deduzir que o Senhor Presidente levou isto para ser transparente, mas agora isto correu mal, então resolveu esconder. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** retorquiu que foram eleitos para governar, e no que diz respeito à segunda votação, entendeu que, devia retificar a sua posição ao levar a executivo.-----

Informou que o executivo votou por maioria.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** prosseguiu questionando se não há combinação nenhuma, se não há nada por detrás disso. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** asseverou que têm uma minoria no executivo, pelo que têm consciência que terão que fazer acordos. E os acordos têm que ser feitos com quem mostra mais disponibilidade para trabalhar connosco. -----

Relativamente à zona de acolhimento, disse que esta zona já devia ter sido feita há muitos anos.-----

Partilhou que quando o executivo tomou posse, o *timing* estava muito apertado. As candidaturas terminavam por volta do dia quinze de dezembro, e não queriam estar a perder esse projecto. Esclareceu que o projecto já estava feito para aquela zona. Disse que a Câmara adquiriu na altura a maior parte do terreno, porém existia lá no meio um terreno que ainda não era da Câmara, pelo que não iriam perder tudo por causa desse terreno. -----

Disse que já no anterior executivo, há oito anos o Dr. Mourato, era para adquiri-lo. Acabou por não o fazer. Posteriormente o Senhor Presidente da Câmara Armando Carneiro fez várias negociações, mas entendeu que não era uma prioridade fazer aquele investimento.-----

O executivo entende agora que é uma prioridade fazer aquele investimento. Pelo que tratamos de negociar e digo negociar e não negociata. -----

Os técnicos têm o valor do terreno que adquiriram há oito ou nove anos e baseiam-se nesses valores. Informou que o terreno vale cinquenta e sete mil e quinhentos euros.--

O Senhor Vice-Presidente Paulo Esteves disse que em relação ao ginásio, os antigos proprietários que tinham o equipamento desentenderam-se, e havia duas possibilidades, ou se fechava o ginásio ou então a Câmara assumiria esse serviço, uma vez que a população já estava habituada a ter esse serviço e tinha adesão. -----

Não é contra o desenvolvimento das pessoas e do negócio privado, mas é uma situação de não deixar "morrer" o ginásio. -----

Esclareceu que o valor da aquisição é de cerca de seis mil a seis mil e quinhentos euros. Informou ainda que a avaliação foi feita internamente. -----

O Senhor deputado municipal Luís Saraiva (CDS/PP) partilhou com aquele plenário que o valor de um terreno agrícola avaliado pela Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior é neste momento de um euro o metro quadrado. -----

Passaram ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

### **PONTO 2 – Proposta nº10 – Adesão do Município de Mêda à Rede de Judiarias de Portugal**-----

(A Proposta nº 10/2013, foi oportunamente distribuída aos Senhores Deputados Municipais)-----

O Senhor Presidente de Câmara no uso da palavra para apresentar a proposta disse que o Município tem toda a vantagem em aderir à rede de Judiarias. Explanou que existem muitos vestígios de Judiarias em todo o Concelho. Mencionou algumas vantagens, alguns projectos, algumas iniciativas que podem advir dessa adesão. Referiu que a Câmara paga uma quantia simbólica, cerca de mil euros anualmente.-----  
Entende ser muito importante esta adesão por parte do Município.-----

O Senhor deputado municipal João António Zeferino (PSD) dirigiu-se ao Senhor Presidente da Mesa, dizendo que iria ser curto, breve e incisivo e acha que era assim que toda a gente deveria ser. Na sua opinião isto está a tornar-se uma autêntica feira, não estamos a dar dignidade ao órgão, não estamos a dar dignidade às pessoas, nem a quem nos elegeu. -----

Dirigiu-se depois ao Senhor Presidente da Câmara, questionando se isto é uma organização de Municípios. -----

Disse que não tem nada contra esta adesão, no entanto acha que é apenas mais uma adesão, mas depois nunca somos entidade promotora, nunca somos o porta-voz da organização, somos mais uma carruagemzinha que anda lá no meio. -----

Apelou ao Senhor Presidente que de uma vez por todas quando o Município aderir a alguma coisa tenha capacidade de liderança. -----

O Senhor deputado municipal Luís Saraiva (CDS/PP) disse que de tudo o que leu da adesão do Município de Mêda à Rede de Judiarias de Portugal o que lhe parece mais curial, e que se deve explorar clara e inequivocamente no contexto do nosso Concelho, chamou a atenção para a escritura feita em Portalegre e citou "promover a criação de produtos alimentares Kosher". Disse que uma vez que estamos no âmbito da agricultura, é por aí e talvez só por aí que nós deveríamos debater-nos para que esta associação possa produzir efeitos no caso do Concelho de Mêda. -----

O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS) no uso da palavra contou que trabalhava em Belmonte quando esta Rota de Judiarias começou, e recordou todo o potencial que Belmonte tinha e que estava por explorar, e aquilo que colheu nos últimos anos, uma vez que foram eles os pioneiros nesta rota. -----

Aludiu à intervenção do Senhor deputado João António Zeferino quando mencionou que nós sabemos que queremos ir na carruagem, gostamos sempre de ser os promotores, gostamos sempre de ir na frente, mas não temos dimensão histórica da presença dos Judeus que andavam por aqui como tem Belmonte. -----

Portanto é importante rentabilizar estes mil e duzentos euros, são cerca de cem euros por mês. -----

Sugeriu que até as Igrejas que têm vestígios judaicos, apesar do nosso cristianismo possam beneficiar dessa adesão.-----

Acha que aqui o que se deve explorar é o sector privado. Aproveitar algumas candidaturas porque isto está dentro de uma rede de turismo. Aproveitarmos o estímulo ao sector privado, no sentido de também aproveitar algumas candidaturas que esta rede oferece. -----

Na sua opinião é uma bela oportunidade, talvez um pouco tarde, porque já outros Municípios aderiram há mais tempo e portanto também não podíamos ficar aqui isolados. -----

Em suma disse que mais uma vez é esta a realidade, somos periféricos em tudo, somos periféricos com a Serra, somos periféricos com muita coisa, daí que seja difícil sermos os promotores, sermos os pioneiros. Mas vale mais tarde do que nunca, disse a rematar. -----

O Senhor deputado municipal António José Prata (PS) no uso da palavra disse que ao longo destes anos que reside na Mêda, deparou-se constantemente com inscrições do Concelho em vários núcleos, em várias associações, e a verdade é que essas inscrições não têm sido aproveitadas em pleno.-----

Lembrou o caso do Museu do Douro; lembrou à Zona Ecológica que temos aqui na Zona do Côa. -----

Esta inscrição na Rota de Judiarias pode ser na realidade uma mais-valia, e dada a importância que os Judeus têm a nível mundial em termos económicos e não só, penso que esta seja uma das inscrições de suma importância para o desenvolvimento turístico do Concelho. -----

Disse ter a certeza absoluta que a partir do momento em que a Mêda entre na Rede de Judiarias, vamos ser falados em muitas partes do mundo e por muita gente com influência e poder de decisão. -----

Por fim disse que é tendo em conta tudo isto que acha que é de suma importância que o Concelho de Meda entre nesta Associação. -----

O Senhor Presidente, constatando não haver mais inscrições, submeteu à votação a Proposta nº 10/2013, tendo a Assembleia deliberado aprovar por maioria, com votos a favor de PS, PSD, CDS/PP, MBU, I, CS, APC e abstenção de um (1) Deputado do PPM. -

Passaram ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

**PONTO 3 - Para conhecimento – Relatório anual de actividades e avaliação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mêda.** -----

(O Relatório foi oportunamente distribuído aos Senhores Deputados Municipais) -----

O Senhor Presidente de Câmara no uso da palavra para apresentar o documento disse que este Relatório é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal. É obrigatório trazer aqui o relatório todos os anos da CPCJ. Informou que a CPCJ é constituída por uma Comissão restrita; uma Comissão alargada; uma Comissão Técnica, onde a principal preocupação, são as crianças e jovens do Concelho. -----

O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS) partilhou que a Câmara Municipal de Murça aquando do encerramento do seu Tribunal disse nos órgãos de comunicação social que e passou a citar “se nos tiram o Tribunal que levem também a CPCJ”.-----  
Disse que isto de facto acaba por ser um Tribunal, com outra dimensão, com outras medidas. -----

Informou que os Municípios suportam para além de técnicos uma série de recursos para que sobre as crianças em risco haja um olhar diferente e portanto o Estado também tem que sentir isso.-----

Entendeu que não podem ser as Autarquias muitas vezes a suportar tudo e depois não ser mencionado este tipo de trabalho que requer técnicos e horas.-----

Louvou o trabalho que é feito por uma equipa de pessoas não só da restrita, como também da Comissão alargada. Referiu que são pessoas que não estão ali por dinheiro, colaboram e cria-se uma rede para se atuar em prol de crianças e jovens. Salientou que no nosso Concelho felizmente são poucas, mas que estão sobre um olhar atento.--

O Senhor Presidente, seguidamente, deu por encerrada a sessão.-----

Eram treze horas.-----

*Luís M. Simões Almeida*  
*João Paulo Cardoso Gomes Amaral Queiroz*  
*António Óscar Dias de Azevedo Sá Pereira*

Grupo Municipal do CDS-PP

Ex. mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Meda  
Município de Meda  
6430-197 MEDA

Ex. mo Sr. Presidente:

O Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal de Meda, aqui representado por Herminio José Costa Albino, seu líder, vem, expor e requerer a V. Ex.<sup>a</sup> se digne considerar o seguinte:

1 – Na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Meda realizada no passado dia 2013/12/27, ocorreu, no âmbito do ponto 7 da ordem de trabalhos a eleição de 2 membros e 1 suplente da supra citada Assembleia Municipal, para integrar a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;

2 – Porém, face aos mandatos atribuídos, foi violado frontalmente o disposto no número 3 do art.º 83º da lei 75/2013;

3 – Na verdade, tendo em conta o sobredito preceito legal, devia e deve, à lista A, então apresentada, ser atribuído um mandato efetivo, o que, inexplicavelmente não aconteceu, pois que os dois mandatos efetivos, bem como o suplente, foram atribuídos em exclusivo e ilegitimamente à também então apresentada lista B;

4 – Por assim ser, como na realidade o é, deve à lista A, ser atribuído um dos dois mandatos efetivos;

5 – Mais requer que o nome do candidato efetivo deve ser o que consta em primeiro lugar, na já referida lista A.

Nestes termos e nos melhores que V. Ex.<sup>a</sup> doutamente suprirá, requer a V. Ex.<sup>a</sup> se digne considerar o quanto se deixa exposto/dito para todos os devidos e legais efeitos.

R.P.D.

O líder do Grupo Municipal do CDS-PP

  
(Herminio José Costa Albino)

2014/01/06



MUNICÍPIO DE MÊDA  
Câmara Municipal  
DAPSC - Sector Administrativo  
SEG - Apoio aos Órgãos Autárquicos  
Assembleia Municipal

Excelentíssimo(a) Senhor(a)

Hermínio José Costa Albino  
Quinta da Coutada de Cima  
Longroiva

6430-071 Longroiva

Sua referência:

Sua Comunicação de:  
06/01/2014

Nossa Referência:  
1.3 - 63A/ SEG

Data:  
9 de janeiro de 2014

**ASSUNTO: "RESPOSTA AO REQUERIMENTO APRESENTADO EM 06/01/2014"**

Exmo. Sr. Deputado Municipal

Rececionado o requerimento de V. Exa., dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal e relacionado com a eleição (ponto 7 da O. T.) que teve lugar na reunião do dia 27/12/2013, digo o seguinte:

Após a contagem dos respetivos votos, porque mais votada, foi declarada vencedora a lista B e, por lapso, referenciados os nomes indicados na respetiva lista.

Mas, a Lei 75/2013, no seu artº 83º, nº 3, dispõe:

*"3 -Os mandatos são atribuídos, em cada assembleia municipal, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt."*

Ora, sendo a lei imperativa quanto a este assunto, há que aplicar o método de Hondt à votação sobre a atribuição de mandatos na Assembleia Intermunicipal.

Deste modo, considerando a validade de todo o processo eleitoral, e consonante com V. Exa., considero que o segundo mandato efetivo à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, deverá ser atribuído ao representante da lista "A".

---

Largo do Município - Código Postal 6430-197 - Telefone: 279 880 040 - Fax: 279 882 520  
Contribuinte n.º 505.161.974  
Homepage: [www.cm-medja.pt](http://www.cm-medja.pt) - E-mail: [assembleiamunicipal@cm-mada.pt](mailto:assembleiamunicipal@cm-mada.pt)



MUNICÍPIO DE MÊDA

Câmara Municipal

DAFSC - Sector Administrativo

SEG - Apoio aos Órgãos Autárquicos

Assembleia Municipal

*Almeida*  
*Manuel*  
*Simão*

Termos em que, por considerar bastante o presente esclarecimento, declaro que os respetivos mandatos serão atribuídos da seguinte forma:

1. 1º Mandato - lista B
2. 2º Mandato - lista A
3. 3º Mandato (suplente) - lista B

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia Municipal de Mêda

(Luís Manuel Simão Almeida)

Largo do Município - Código Postal 6430-197 - Telefone: 279 860 040 - Fax: 279 882 520

Contribuinte n.º 505.161.974

Homepage: [www.cm-meda.pt](http://www.cm-meda.pt) - E-mail: [assembleiamunicipal@cm-meda.pt](mailto:assembleiamunicipal@cm-meda.pt)